

GLP Q
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras para o
exercício findo em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

GLP Q Participações S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP Q Participações S.A, (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP Q Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Thiago Bragatto
Contador CRC-1SP234100/O-4

GLP Q PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	22
Impostos e contribuições a compensar		4	-
Total dos ativos circulantes		<u>4</u>	<u>22</u>
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	8	595	2.820
Outros ativos	6	7.039	3.481
Total dos ativos não circulantes		<u>7.634</u>	<u>6.301</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>7.638</u>	<u>6.323</u>

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTES			
Contas a pagar	9	822	235
Obrigações fiscais		34	15
Total dos passivos circulantes		<u>856</u>	<u>250</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	9.585	5.536
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10	-	1.256
Prejuízos acumulados	10	<u>(2.803)</u>	<u>(719)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>6.782</u>	<u>6.073</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.638</u>	<u>6.323</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	11	(2.100)	(672)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(2.100)</u>	<u>(672)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(1)	-
Receitas financeiras		17	-
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.084)</u>	<u>(672)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(2.084)</u>	<u>(672)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(2.084)</u>	<u>(672)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(2.084)	(672)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social		Adiantamento	Prejuízos	Total Patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	p.futuro aumento de capital	acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		522	-	940	(47)	1.415
Prejuízo líquido do exercício					(672)	(672)
Aumento de capital social	10	5.014	(5.014)	316	-	316
Integralização de capital	10		5.014	-	-	5.014
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		5.536	-	1.256	(719)	6.073
Prejuízo líquido do exercício					(2.084)	(2.084)
Aumento de capital social	10	10.000	(10.000)	-	-	-
Integralização de capital com AFAC	10	-	1.256	(1.256)	-	-
Integralização de capital	10	-	2.793	-	-	2.793
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		15.536	(5.951)	-	(2.803)	6.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.084)	(672)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Adições a outros ativos não circulantes	(3.558)	(474)
Contas a receber - partes relacionadas	2.225	(2.820)
Impostos e contribuições a compensar	(4)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	587	149
Obrigações fiscais	19	(8)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(2.815)</u>	<u>(3.825)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(1.483)
Integralização de capital social	2.793	5.014
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	316
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>2.793</u>	<u>3.847</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(22)</u>	<u>22</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	22	-
No final do exercício	-	22
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(22)</u>	<u>22</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	<hr/>	<hr/>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1 Contexto operacional

A GLP Q Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A Companhia é utilizada pelo Grupo para a realização de estudos de viabilidades de novos negócios, que serão incorporados pelas demais companhias do Grupo.

Covid 19: Com o advento da pandemia do Coronavírus Disease 2019 (COVID-19) que teve origem na China, notam-se alguns impactos na atividade econômica do País. Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Administração não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Nos nossos parques logísticos, a GLP está apoiando individualmente seus clientes nas medidas preventivas adotadas por cada empresa, proporcionando a estrutura necessária para sua implementação. Nas áreas comuns, foram reforçadas a higienização de todos os ambientes e utensílios e a disponibilização de álcool gel, seguindo as boas práticas recomendadas pelo Ministério da Saúde para a proteção dos colaboradores de nossos clientes, funcionários terceirizados e parceiros. Todos os parques disponibilizam informes que orientam sobre as precauções a serem tomadas durante as operações.

As obras de projetos em desenvolvimento também seguem em ritmo normal e acompanhamos de perto os cuidados e orientações aos colaboradores das construtoras parceiras.

Os ativos logísticos foram os menos impactados nas operações imobiliárias por diversos motivos:

- 1) A COVID traz impactos de curto prazo e não de longo prazo.
- 2) Processo de compra e vendas de ativos dura muito mais do que 2 a 3 meses e podem ser realizados a distância através de reuniões online.
- 3) No Brasil, vendedores de ativos e terrenistas estão sempre muito bem capitalizados, com poucos impactos de liquidez.
- 4) A venda através de canais eletrônicos (“e-commerce”) teve grande aceleração, favorecendo diversos locatários de nossos ativos.

Com todas essas ações, a Companhia não sofreu impactos negativos em suas operações.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$852 (R\$228 em dezembro de 2020) decorrente do volume de gastos necessários para a estudos de viabilidade de novos negócios e devido a política de caixa mínimo da companhia. Caso haja

necessidade serão efetuados aportes do fundo para garantir a liquidação de suas obrigações.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 8 de abril de 2022.

3.2 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, as provisões para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis e provisão para impairment.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se

equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

3.4 Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

3.5 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

3.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de

ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.8 Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	-	1
Aplicações financeiras (a)	-	21
	<u>-</u>	<u>22</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas à média de 97,00% do CDI. Estas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6 Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de novos empreendimentos (a)	7.039	3.481

- (a) Custos referente a estudos de novos empreendimentos para futura aquisição de Terrenos/Edificações.

Durante a fase de estudos de viabilidade de novos negócios do grupo GLP, as despesas são concentradas nos projetos relacionais a futuras propriedades para investimentos. Quando o projeto tem definida a compra, é realizada a transferência dos custos incorridos para as empresas proprietárias dos ativos que realizam o reembolso para a Companhia. Caso o projeto seja cancelado, ocorre a baixa no resultado da companhia.

Movimentação de outros ativos

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (a)	Reembolsos (b)	Saldo em 31/12/2021
Estudos de novos projetos	2.219	1.119	(869)	-	2.469
Projeto Itapecerica (a)	582	-	(582)	-	-
Projeto Duque de Caxias	86	-	-	-	86
Projeto Cajamar (Vizinho Fundos) (a)	56	-	(56)	-	-
Projeto Itapecerica II (a)	32	-	(32)	-	-
Projeto Jandira (b)	-	35	-	(35)	-
Projeto Betim (b)	-	9	-	(9)	-
Projeto Terreno Ford (a)	20	20	(40)	-	-
Projeto Cajamar (Bom Sucesso)	147	1.124	-	-	1.271
Projeto Cajamar IV (a)	90	243	(333)	-	-
Projeto Contagem	146	755	-	-	901
Projeto Barueri	33	1.536	-	-	1.569

GLP Q Participações S.A.
*Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2021*

Projeto Veleiros	70	6	-	-	76
Projeto Mooca (b)	-	551	-	(551)	-
Projeto Guarulhos Rodoanel	-	103	-	-	103
Projeto Eusébio	-	314	-	-	314
Projeto Jaboatão	-	250	-	-	250
Total	3.481	6.065	(1.912)	(595)	7.039

- (a) Projetos Itapecerica, Itapecerica II, Cajamar (Vizinho Fundos), Cajamar IV e Terreno Ford foram cancelados e baixados.
- (b) Reembolsos recebidos no montante total de R\$ 595 sendo referentes as empresas Rec Mooca e GLP V, nos montantes respectivos de R\$551 e R\$44.

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas (a)	Reembolsos (b)	Saldo em 31/12/2020
Estudos de novos projetos	1.463	756	-	-	2.219
Projeto Sítio dos Cristais	515	230	-	(745)	-
Projeto Itapecerica	371	211	-	-	582
Projeto Cajamar (Fundos)	-	74	-	(74)	-
Projeto Ribeirão Pires	658	37	-	(695)	-
Projeto Duque de Caxias	-	86	-	-	86
Projeto Cajamar (Vizinho Fundos)	-	56	-	-	56
Projeto BR-101 SC	-	606	(606)	-	-
Projeto Bergamo	-	240	-	(240)	-
Projeto Itapecerica II	-	32	-	-	32
Projeto Jandira	-	635	-	(635)	-
Projeto Betim	-	745	-	(745)	-

Projeto terreno Ford	-	20	-	-	20
Projeto Cajamar (Bom Sucesso)	-	147	-	-	147
Projeto Cajamar IV	-	90	-	-	90
Projeto Contagem	-	146	-	-	146
Projeto Barueri	-	33	-	-	33
Projeto Veleiros	-	70	-	-	70
Total	3.007	4.214	(606)	(3.134)	3.481

7 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos, que tenham sido classificadas como provável ou possível, conforme seus assessores jurídicos.

8 Partes relacionadas

Os valores no ativo não circulante estão baseados em contratos, sem incidência de encargos financeiros, atualização monetária, e não possuem prazo de vencimento.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Contas a Receber partes relacionadas (a)	595	2.820

- (a) Valores referem-se gastos incorridos na GLP Q participações referente ao projeto Mooca da empresa Rec Mooca Participações Ltda no valor de R\$551 e projeto Walmart Jandira/Walmart Betim da empresa GLP V Participações S.A. no valor de R\$44 em 2021 e ao projeto Cajamar Sítio de Cristais da Empresa GLP T Participações Ltda no valor de R\$ 746, projeto Walmart Jandira/Walmart Betim da empresa GLP U Participações no valor de R\$ 1.379 e projeto Ribeirão Pires da empresa GLP S Participações Ltda no valor de R\$ 695 em 2020.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores nos exercícios de 2021 e 2020.

9 Contas a Pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	757	153
Provisões Diversas	65	82
	<u>822</u>	<u>235</u>

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 15.536 correspondentes a 15.535.774 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal (R\$ 5.536 correspondentes a 5.535.774 ações em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 o capital social integralizar é de R\$ 5.951 devendo ser integralizado até 31 de dezembro de 2059.

Em 13 de abril de 2020, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social em 5.013.784 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R\$5.014, o qual foi integralizado durante o exercício de 2020.

Em 22 de julho de 2021, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social em 10.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R\$ 10.000. Desse montante, R\$1.256 foram integralizados por meio de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital e o montante de R\$2.793 integralizadas em moeda corrente nacional

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2020 foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$316.

Em 01 de julho de 2021, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado integralização do adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$1.256 em capital social.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Prejuízo básico e diluído por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(2.084)	(672)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	9.974	5.536
Lucro básico e diluído por ação - R\$	(0,2089)	(0,1214)

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
--	------------	------------

Despesas com advogados, auditores e consultores	(131)	(18)
Despesa com publicações, publicidades e propaganda	(19)	(46)
Outras despesas administrativas (i)	(1.950)	(608)
Total	(2.100)	(672)

(i) O aumento expressivo na conta refere-se a baixa de projetos que foram cancelados durante o ano de 2021.

12 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui R\$ 2.740 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados (R\$713 em 31 de dezembro de 2020), para compensação com resultados tributáveis futuros. A Administração da Companhia registrará os referidos créditos quando da existência de projeções de lucros tributáveis futuros.

13 Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa mínimo, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Risco de gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido conforme nota nº10.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos e Passivos financeiros	31/12/2021	31/12/2020	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	-	22	Custo amortizado
Contas a pagar	562	235	Custo amortizado

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto,

uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro significativo exposto a taxa de juros variável como (aplicações financeiras, contas a receber e dívidas).

14 Seguros

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração optou por não constituir contratos de seguros para seus ativos.

15 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022 foi realizado aporte dos acionistas no valor de R\$ 1.242 e em fevereiro de 2022 R\$ 490. Os aportes de capital foram aprovados previamente na AGE realizada em 22 de junho 2021, onde estabelecia que o valor de capital subscrito será integralizado até 31 de dezembro de 2059.